

Projeto de Voto n.º 570/XIV/2.^a

De condenação pelos ataques das forças israelitas em Gaza e contra a deslocação forçada do povo palestino residente no bairro de Sheikh Jarrah em Jerusalém Oriental

Desde a guerra de 1967, o Estado de Israel vem ignorando a resolução nº 242 do Conselho de Segurança da ONU, aprovada por unanimidade, que exige o estabelecimento de uma paz justa e duradoura no Médio Oriente, incluindo a retirada das forças armadas israelitas dos territórios ocupados no conflito, havendo um aumento sistemático das zonas ocupadas por judeus em Jerusalém Oriental e na Cisjordânia, a Westbank, deixando esta última com pequenas ilhas de território para os palestinos, semelhantes a “bantustões”.

As últimas semanas têm sido marcadas pelo escalar da violência e repressão exercidas sobre o povo palestino pelas forças de ocupação israelitas. Seguindo a lógica de muitas decisões judiciais semelhantes noutras partes do território, um tribunal israelita acabou por legitimar a ocupação do bairro de Sheikh Jarrah, em Jerusalém Oriental, por colonos sionistas, permitindo a deslocação forçada de várias famílias palestinas desta região, onde residem há várias décadas.

Numa altura em que se assinala o 73º aniversário da declaração da independência do Estado de Israel, o povo palestino recorda a Nakba ou ‘Catástrofe’, sendo que existe um nexo direto entre aquilo que está a acontecer em Sheikh Jarrah e a devastação provocada pelas milícias sionistas que, entre 1947 e 1949, deslocaram e espoliaram mais de 700.000 palestinos, cerca de metade da população palestina da época, e destruíram entre 400 e 600 aldeias, ensaiando um projeto de limpeza étnica de todo o território. Ao longo da sua história, o Estado de Israel tem utilizado o seu poderio militar para destituir o povo palestino dos seus direitos humanos, da sua dignidade, e do seu direito à autodeterminação, impondo a supremacia de um povo sobre outro.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, e honrando a Constituição da República Portuguesa, que “preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos”, reconhecendo “o direito dos povos à autodeterminação e independência e ao desenvolvimento, bem como o direito à insurreição contra todas as formas de opressão”, condena as sucessivas agressões e violações dos Direitos Humanos pelo Estado de Israel e, em particular, os despejos e expropriações atualmente em curso, expressando a sua solidariedade para com o povo palestino na sua justa luta pela emancipação.

Palácio de São Bento, 12 de maio de 2021

A deputada,

Joacine Katar Moreira